

Raimundo Paccó



Ana Silva Cardoso, no meio dos seus sete filhos, passa boa parte do tempo fiscalizando a vida escolar das crianças para não perder o benefício da Bolsa-Escola. "Uso o dinheiro para comprar comida, material e chinelos", diz

# BOLSA DE APOSTAS

Igor Germano

Da equipe do Correio

Perto de completar três anos de existência, como um grande navio construído para resgatar naufragos sociais, o programa Bolsa-Escola está ajudando a mudar o perfil de uma parte das famílias pobres do Distrito Federal. Passada a fase de testes, os resultados podem ser medidos em números. O programa conseguiu reduzir sensivelmente a evasão escolar e a repetência, dois dos maiores problemas do ensino fundamental do país. Especialistas confirmam o sucesso da proposta, adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como um modelo a ser copiado em outros países.

Mas o programa tem gerado alguns questionamentos e talvez o maior deles seja o fato de a Bolsa-Escola privilegiar um grupo de famílias pobres em detrimento de outro na mesma situação de miséria. "A Bolsa-Escola é boa para as famílias atendidas em Brasília, mas é preciso instituir um programa nacional, que atenda todas as crianças carentes de 0 a 14 anos", afirma a economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Lena Lavinas. Ela é autora de um estudo sobre os programas de renda mínima no Brasil e explica que, na Europa, existem programas desse tipo muito superiores aos brasileiros — programas "universais", que beneficiam todas as pessoas.

"Não é justo que uma família que está há três anos no Distrito Federal não tenha o direito de receber a bolsa", avalia Lena, questionando o argumento defendido pelo Governo do Distrito Federal (GDF), de que beneficiar famílias com menos de

cinco anos de residência na região seria o mesmo que incentivar a migração. "Famílias com três ou quatro anos de residência já moravam no Distrito Federal antes do início do programa e podem ser tão pobres quanto as outras."

## EVASÃO ESCOLAR CHEGA A ZERO

O coordenador da Bolsa-Escola, Paulo Valle, conta que existem 35 mil famílias em estado de pobreza que residem há mais de cinco anos no Distrito Federal. "Até o final do ano pretendemos atender 25 mil famílias, mas temos planos de atender também as outras 10 mil". Paulo avalia que, do ponto de vista da justiça social, a economista do Ipea tem razão. "Mas o GDF tem a responsabilidade de preservar a

### BOLSISTAS POR CIDADE

|               |       |
|---------------|-------|
| Paranoá       | 4.250 |
| Varjão        | 583   |
| Brazlândia    | 3.998 |
| S. Sebastião  | 3.043 |
| Rec. das Emas | 4.517 |
| Ceilândia     | 9.568 |
| Samambaia     | 9.606 |
| Sobradinho    | 3.319 |
| Planaltina    | 5.473 |

Fonte: GDF/Secretaria de Educação (set/97)

dos da Secretaria de Educação, a Bolsa-Escola atende hoje 22,2 mil famílias, o que corresponde a cerca de 44,3 mil crianças beneficiadas diretamente. O programa, que custou ao governo R\$ 32 milhões em 1997, concede um salário mínimo mensal (R\$ 120,00) a cada família carente que mantenha todas as crianças entre 7 e 14 anos matriculadas na escola pública — o salário mínimo é concedido por família, não importando o número de crianças beneficiadas pela bolsa.

Enquanto na rede pública a taxa

de evasão é de 10,7%, entre os alunos da Bolsa-Escola, a mesma taxa é praticamente nula (0,4%). A reprovação também é mais baixa entre os alunos do programa (8% contra 17,6% na rede pública).

Para requisitar o dinheiro da bolsa, a família tem de comprovar a frequência mensal (de no mínimo 90%) dos alunos inscritos. O pagamento é interrompido se apenas uma das crianças da família faltar mais de dois dias por mês sem justificativa aceita pela escola. A família também tem de comprovar que reside há pelo menos cinco anos no Distrito Federal. Essa comprovação pode ser feita apresentando-se certidões de nascimento, históricos escolares, contas de luz, água e telefone, carteira profissional ou outros documentos que de alguma forma comprovem o tempo de residência da família.

Outra exigência é que, existindo algum membro adulto desempregado na família, ele deverá estar inscrito no Sistema Nacional de Emprego (Sine). A renda mínima *per capita* da família também deve ser igual ou menor do que meio salário mínimo (R\$ 60,00). O benefício é temporário: dura somente um ano, mas pode ser renovado indefinidamente, desde que a família continue a se enquadrar no perfil exigido pelo programa.

## COMIDA E MATERIAL ESTÃO GARANTIDOS

Um dos maiores méritos do programa é aproximar pais e alunos da escola. Depois que passou a receber o benefício, Ana da Silva Cardoso, de 38 anos, fiscaliza a vida escolar dos sete filhos e dedica boa parte do seu tempo para cuidar especialmente de dois deles, que têm epilepsia. Ana mora no Paranoá, numa casa de tijolos sem nenhum conforto e recebe a bolsa desde 1995. "Uso o dinheiro para comprar comida, chinelos e material escolar", conta Ana. O dinheiro não muda a situação da família, mas é uma garantia

Jefferson Rudy



Federico Mayor, diretor-geral da Unesco, quer Bolsa-Escola em outros países

de que comida e material escolar básico não vão faltar. Ana não trabalha e o marido está desempregado desde agosto do ano passado.

Como muitas outras famílias atendidas, a de Ana é composta por crianças e adolescentes que apresentam uma das maiores deficiências do ensino público brasileiro: o atraso escolar. "Quero ser professor de karatê", sonha um dos os filhos, José Geraldo, de 14 anos, que cursa a 4ª série. O irmão mais velho, Argemiro, de 16 anos, é o mais atrasado: está na 3ª série do 1º grau, junto com os irmãos Alexandre, de 10 anos, e Andrea, de 12. Rogério, de 9 anos, está na 1ª série, junto com Valdinei, de 7. Se a família melhorar de vida ou continuar no programa, o pequeno Rafael, de 2 anos, pode passar a ter o privilégio das crianças mais ricas: iniciar uma vida escolar dentro dos trilhos, sem ser obrigado a abandonar o barco no meio do caminho.

"A vantagem da Bolsa-Escola é que se trata de um programa de massa, que, se for expandido ainda mais, vai alterar o desempenho de todo o sistema educacional", avalia o pesquisador da Fundação Grupo Esquel Brasil, Sílvia Rocha Santana.

A pedido da Unicef e da Unesco, ele concluiu, em maio deste ano, uma avaliação do programa, que considerou um sucesso do ponto de vista educacional.

Entre as conclusões do trabalho, Sílvia aponta que, ao atender camadas tradicionalmente excluídas, o programa está atuando sobre a "inércia" do sistema educacional e ajudando a quebrar a "tendência secular" da reprodução do ciclo de retenção na escola e de expulsão do aluno. "Outra vantagem é que, aparentemente, os efeitos são acumulativos: quanto maior a extensão (cobertura) do programa, maiores são os ganhos econômicos", diz Sílvia.

Ele estima que, com o fim da evasão e a redução na repetência, os primeiros 40 mil bolsistas representaram uma economia anual de R\$ 2,3 milhões para o sistema educacional do Distrito Federal. Entre os alunos da Bolsa-Escola, 74% estão atrasados em relação à série que deveriam estar cursando. Desses, 20,6% apresentam atraso de quatro anos ou mais (na rede pública, 53,3% dos alunos estão atrasados pelo menos um ano).

## PROGRAMA QUE MAIS DEU CERTO

Os resultados da Bolsa-Escola chamaram a atenção de organismos internacionais. "Em outros países havia propostas semelhantes, mas essa foi a que deu mais certo", explica o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein. Ele conta que, depois de concluída a avaliação dos números do programa, a Unesco está avaliando o impacto na vida das famílias e dos alunos atendidos. Pesquisadores estão entrevistando pais, alunos e professores. Os resultados devem ser divulgados em fevereiro.

"A Bolsa-Escola gera uma relação nunca estabelecida anteriormente entre pais e filhos e entre os pais e a escola", diz o representante da Unesco. "O governador Cristovam Buarque lançou a ideia da criação de um fundo mundial para financiar projetos semelhantes em outros países e nós apoiamos a iniciativa". Para criar o fundo, a Unesco vem pedindo apoio de instituições financeiras como Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento e fundações internacionais de incentivo à educação.

"A Bolsa-Escola é um programa de renda mínima que aposta nas novas gerações", diz Lena Lavinas. "É uma boa ideia, principalmente diante do quadro catastrófico da educação brasileira, em que a escolaridade média é de cinco anos". Mas ela faz questão de lembrar que a ideia de garantir pelo menos o 1º Grau para as crianças carentes pode ser extremamente positiva, mas insuficiente para resolver o problema da educação no País.

Cento e vinte reais divididos entre os membros de famílias numerosas e pobres não parecem ser suficientes para mudar a condição social de ninguém, mas têm garantido o mínimo: a permanência das crianças na escola. Zuleide Conceição Silva, 41 anos, 4 filhos, recebe a Bolsa-Escola há dois anos e já se acostumou a, todos os meses, buscar o dinheiro no banco. "Não dá para mudar de vida, mas melhora bastante", garante Zuleide.

## COM LIVROS NAS PRATELEIRAS

Zumerita Maria dos Santos, de 62 anos, mãe de 13 filhos (dos quais oito estão vivos) é avó de 18 netos. Quatro deles estão sendo criados por Zumerita, e fazem de tudo para não faltar às aulas na escola pública. Eles estão inscritos no programa Bolsa-Escola e sabem que as faltas significariam o fim do benefício de um salário mínimo mensal, que hoje representa a metade do orçamento da família.

As dez pessoas que sobreviviam milagrosamente com os R\$ 120,00 mensais da aposentadoria do marido de Zumerita passaram a viver um pouquinho melhor há dois anos, com o dinheiro da Bolsa-Escola. A primeira cidade atendida pelo programa foi o Paranoá, onde mora, uma das áreas de maior concentração de famílias de baixa renda no Distrito Federal.

Ela e o marido dividem a pequena casa com a sogra, quatro netos e três filhos. “Sem a bolsa, não daria para colocar todos os meninos na escola”, afirma Zumerita. “O dinheiro é pouco, mas pelo menos garante as roupinhas e os cadernos das crianças”. As prateleiras da casa, antes desertas, já abrigam alguns livros, que são *devorados* pelas crianças.

Segundo o coordenador do programa, Paulo Valle, 98% das pessoas que requisitaram o benefício são mulheres, 28% estão desempregadas e 39% não trabalham. Metade das famílias é chefiada por mulheres solteiras, separadas ou viúvas. Os números levantados também demonstram a baixíssima instrução das mães de alunos carentes: 20% são analfabetas, 53% são apenas alfabetizadas e 23% concluíram o 1º grau. De todo o grupo, 71% trabalham em serviços domésticos.

Carla Pereira, de 13 anos, é uma das netas criadas por Zumerita. Ela aproveita as manhãs para estudar, mas quando é requisitada, dá algumas dicas à avó, que está aprendendo a ler e a escrever. Zumerita faz parte do programa de alfabetização e treinamento profissional para as mães de alunos que recebem a Bolsa-Escola — uma iniciativa do Ministério do Trabalho em parceria com as secretarias de Trabalho e Educação e com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac).

## ANALFABETISMO NA PAPUDA

O projeto de alfabetização faz parte do programa Saber, que é financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). “Já consigo escrever umas letrinhas”, comemora Zumerita. A meta do governo é de que cinco mil mães e pais de alunos sejam atendidos pelo programa até o final do ano.

A mãe de Carla e dos outros três netos criados por Zumerita, Gersina Pereira dos Santos, de 34 anos, está mais tranqüila desde que os filhos ganharam um estímulo a mais para estudar. Sem a bolsa e sem a ajuda da mãe, ela conta, seria difícil manter as crianças na escola, porque o marido está preso e Gersina, desempregada, mal consegue se virar para garantir o próprio sustento.

Talvez Gersina esteja contente principalmente por saber que cada dia que os meninos dedicam aos estudos contribui para afastá-los de um futuro miserável, que, na pior das hi-

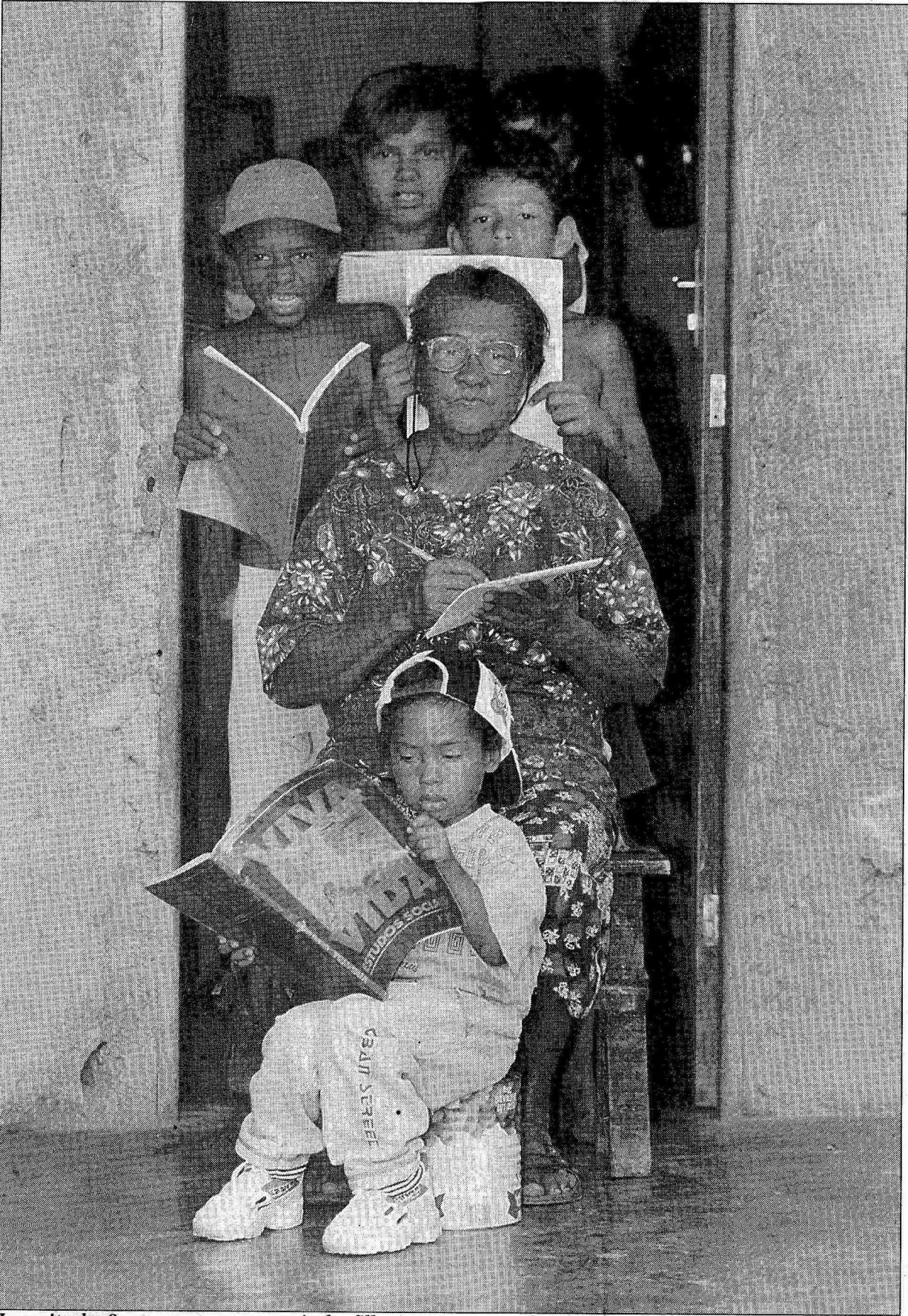
## Crianças têm de respirar estudos

A idéia de garantir condições mínimas de sobrevivência para que famílias carentes mantenham os filhos na escola não é nova. Em 1989, a Venezuela instituiu um programa nesses moldes. Na Europa, quase todos os países instituíram benefícios às crianças, até que elas completem os estudos fundamentais. A Argentina criou um programa de complementação de renda para trabalhadores que tenham crianças frequentando regularmente as escolas.

Em 1932, Aldous Huxley imaginou um futuro em que as castas sociais seriam definidas cientificamente, pela quantidade de oxigênio oferecida aos embriões em formação. Os embriões das castas inferiores receberiam menos oxigênio, o que reduziria ao mínimo sua capacidade de raciocínio. O suficiente para que pudessem servir adequadamente as castas superiores.

No *Admirável Mundo Novo* em que vivemos, a separação entre as classes sociais pode ser menos racional e científica, mas não esconde uma enorme desigualdade. A diferença é que muitas crianças ainda são condenadas a uma vida servil não pela falta de oxigênio, mas pela falta de oportunidades de educação.

Raimundo Paccó



Zumerita dos Santos conta com o apoio dos filhos e netos que recebem o benefício para aprender a ler e escrever

### OUTROS PROJETOS

#### PROGRAMA BRASIL CRIANÇA CIDADÃ

Governos federal, estadual e municipal, além de entidades não-governamentais, se uniram para combater o trabalho infantil no Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Bahia. O programa foi implementado inicialmente em 14 municípios

sul-matogrossenses e ficou conhecido como Vale-Cidadania. As famílias recebem R\$ 50,00 por criança que for mantida nas salas de aula. O dinheiro é apenas uma parte do programa, que inclui atividades extra-pedagógicas para os alunos e suas famílias.

#### PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA (PGRM)

Em Campinas, Belo Horizonte, Vitória, Santa Catarina, Ribeirão Preto e vários outros municípios, famílias carentes recebem um auxílio mensal como garantia de renda mínima. Adolescentes e adultos podem participar de cursos

profissionalizantes. Para receber dinheiro do programa, todas as crianças da família precisam frequentar a escola. Os critérios variam. Alguns programas exigem apenas dois anos de residência das famílias e atendem crianças de 0 a 14 anos.

não podemos afirmar quantas crianças saíram do mercado de trabalho por esse motivo.”

Entrando cedo no mercado, crianças pobres saem cedo da escola, e só conseguem trabalhos pouco qualificados e sem perspectivas profissionais. Por algum tempo, o trabalho in-

fantil pode contribuir muito para a renda familiar. Mas, se não frequentarem a escola, crianças despreparadas dificilmente conseguirão romper o ciclo de pobreza no futuro.

O desemprego é um dos maiores problemas do Distrito Federal e afeta principalmente os mais pobres e com

menor instrução. Em setembro, a taxa de desemprego foi de 18,2%. Entre os 156,6 mil desempregados, 50,5% são analfabetos ou não completaram o 1º Grau e apenas 2,6% completaram o curso superior. Nas regiões de renda mais baixa (Brazlândia, Ceilândia, Paranoá, Samambaia e Santa Maria), a taxa de desemprego bateu recorde e chegou a 24,2%.

## PONTOS PARA OS MAIS CARENTES

“Se tivesse emprego para todo mundo, ninguém precisaria da Bolsa-Escola”, raciocina o pedreiro desempregado José Geraldo Cardoso, de 51 anos, que mora no Paranoá, numa casinha humilde e apertada, e divide o espaço com a mulher, Ana da Silva, e os sete filhos. José Geraldo mal consegue ler uma carta. “Meu pai não me deu chances de estudar”, confessa. “É por isso que eu luto para que meus moleques estudem”.

Para receber a Bolsa-Escola, a família tem de responder um questionário declarando o estado conjugal do requerente, sua situação no mercado de trabalho, grau de instrução, gastos mensais da família, número de dependentes, condições de moradia e outras informações. A partir desses dados, a família recebe uma pontuação (que vai de -1.185 a +1.000). São consideradas aptas a receber o benefício as famílias que atingem um mínimo de 120 pontos positivos.

Uma família com três dependentes de zero a 14 anos, por exemplo, recebe 140 pontos. Requerentes sem cônjuge, analfabetos, desempregados ou em moradia alugada ganham ainda mais pontos. A avaliação leva em conta até o número de cômodos por pessoa na casa, o tipo de piso e, no caso das famílias que vivem em áreas rurais, a quantidade de animais de criação.

A Constituição brasileira, no artigo 227 determina que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação...”. Os *pixotes* largados nas ruas das grandes cidades do Brasil estão aí para nos mostrar que há um abismo entre as intenções e a realidade.

O abismo começou a ser timidamente reduzido em 1995, com a introdução, em terras brasileiras, de programas de renda mínima associados à educação. Seguindo o exemplo do Distrito Federal e de Campinas, outros projetos semelhantes foram aprovados e sancionados em pelo menos mais 24 municípios. Deputados estaduais de vários partidos apresentaram projetos de renda mínima em 15 diferentes estados. Também existem projetos semelhantes em discussão nas Câmaras Municipais de pelo menos outras 52 cidades.

Um substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que autoriza o governo a dar apoio financeiro ao Distrito Federal e a municípios que instituírem o programa de renda mínima foi aprovado no plenário do Senado e está na Câmara dos Deputados. Só depois de apreciado na Câmara, a lei poderá ser sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo dados do Ipea, a União deverá gastar cerca de R\$ 1 bilhão para implementar o programa em todo o País. No Brasil, a renda média dos 10% mais ricos é quase trinta vezes maior do que a renda dos 40% mais pobres.

### EXPERIÊNCIAS

#### VENEZUELA

■ Em 1989, a Venezuela instituiu o programa *Beca Escolar* para as crianças de famílias carentes que estivessem frequentando a escola, até o limite de três filhos por família. Em 1991, adicionou-se o bônus cereal e o bônus leite. Em 1996, o governo implementou o programa de Subsídio Familiar, que substituiu os programas anteriores, transformando-os em pagamentos equivalentes em dinheiro às famílias carentes que possuem crianças matriculadas em pré-escolas e nas duas primeiras etapas da educação básica. O subsídio equivale a aproximadamente dez reais por criança a cada mês e beneficia 3,2 milhões de crianças. No ano passado, o governo venezuelano destinou 390 milhões de dólares para esse programa.

#### ARGENTINA

■ O país instituiu um programa que concede complementação de renda aos trabalhadores que estão no mercado formal e que tenham crianças frequentando regularmente as escolas. O projeto é financiado com taxas cobradas sobre a folha de pagamento dos trabalhadores. Na Argentina, o benefício mensal por família padrão (casal e dois filhos) representa 10% do salário médio.

#### EUROPA

■ Na Europa, como um direito à cidadania, quase todos os países instituíram benefícios às crianças até que completem os estudos fundamentais. Inglaterra, Holanda, Alemanha e Suécia são exemplos de países que pagam benefícios mensais em dinheiro aos pais. A soma é proporcional ao número de crianças por família e é paga desde o nascimento da criança até os 16 anos de idade.

#### ESTADOS UNIDOS

■ Nos Estados Unidos existe o “Crédito Fiscal por Remuneração Recebida”, uma forma de imposto de renda negativo que virou lei em 1975. Para 1995 estimou-se que 18,4 milhões de famílias receberiam um total de 23,3 bilhões de dólares. Há ainda a “Ajuda a Famílias com Crianças Dependentes”, instituído na década de 30, que oferece assistência financeira mensal para famílias de baixa renda com filhos, sendo que um dos pais deve ser solteiro, ou abandonado pelo cônjuge, incapacitado ou desempregado. Em 1995, 6,3 milhões de famílias foram beneficiadas por esse programa.